

Trabalho



OPINIÃO

Miguel Torres

Presidente da Força Sindical



Inflação alta e a indiferença do governo

O governo mantém a taxa de juros nas alturas como forma de conter uma inflação que, teimosamente, não para de crescer. E, claro, quem mais sofre com isto são, principalmente, os trabalhadores de menor renda e a população menos favorecida, que, além de ter de conviver com juros proibitivos, ainda têm de encarar uma inflação acelerada e contundente.

A inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ficou, em outubro último, em 9,93%, encostada, portanto, nos dois dígitos no intervalo de doze meses, o maior índice desde novembro de 2003, quando, nos mesmos doze meses, chegou a 11,2%.

E as previsões de analistas para este resto de ano não são nada animadoras. Segundo eles, a inflação pode fechar 2015 com dois dígitos, ultrapassando a casa dos 10% e zerando (ou superando) o reajuste que grande parte das categorias conquistou em suas datas-bases. E isto porque, segundo o próprio governo, o centro da meta de inflação deveria ser de 4,5%.

Mas o que mais nos impressiona é a predisposição do governo à indiferença social e econômica, ao descaso com o qual os ocupantes do Planalto Central tratam a questão e a sua incondicional falta de visão, que os impede de enxergar o mal que essa inércia e esse pouco caso causam ao povo brasileiro.

EMPREGOS



Miguel Torres, com representantes das demais Centrais Sindicais e do Dieese

Centrais Sindicais intensificam mobilização

Atos serão realizados no dia 3, em São Paulo, e no dia 8, no Rio de Janeiro.

As Centrais Sindicais decidiram realizar atos e manifestações para combater a crise, destravar investimentos e recuperar empregos, especialmente nos setores do petróleo, gás, indústria naval e construção civil. "Temos que nos mobilizar para garantir os empregos. São setores estratégicos e importantes para a economia", declara Miguel Torres, presidente da Força Sindical, que participou ontem (dia 9) da reunião com dirigentes de outras Centrais e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) para debater o tema.

Segundo Miguel, será realizado um ato no dia 3 de novembro, em São Paulo. No dia 8, outra manifestação no Rio de Janeiro. No dia 9, as reivindicações serão entregues ao Congresso e ao governo para tentar abrir diálogo visando a solução da crise.

Os sindicalistas consideram que o desafio será separar a apuração das denúncias de corrupção dos demais negócios da Pe-

trobras. De acordo com técnicos do Dieese, a empresa representa aproximadamente 12% do PIB (Produto Interno Bruto), e tem um volume de investimento significativo. Desde o início da Operação Lava Jato, que investiga a corrupção na estatal, a empresa sofre restrições de crédito e suspensão de negócios, com impacto na perda de empregos.

"Há um grande avanço no combate à corrupção graças às leis aprovadas nos últimos anos, que fortalecem a investigação e a punição de corruptos e corruptores. A efetividade desse novo arcabouço legal e institucional deve ser apoiada e sustentada pelo poder público e pela sociedade, punindo-se os culpados com base no efetivo estado de direito", diz a nota.

"A luta contra a corrupção é longa e complexa. Já se observa efeitos extremamente perversos", de acordo com a nota, "sobre a atividade econômica gerando desemprego, arrocho salarial, inadimplên-

cia, crise social e queda no nível de atividade, confirmando um ciclo destrutivo econômica e socialmente".

"As empresas atingidas pelas investigações empregam milhares de trabalhadores, que reúnem complexas competências de engenharia e de capacidades produtivas acumuladas por décadas de investimento em pesquisa, desenvolvimento de tecnologia e inovação. São empresas de ponta nos seus segmentos, patrimônios brasileiros", diz a nota.

"Consideramos que, a exemplo de outros países que enfrentaram o mesmo problema, o Brasil precisa ter mecanismos céleres e eficazes de promover, ao mesmo tempo, investigação, julgamento e punição dos culpados, e criar instrumentos complementares que permitam aos órgãos responsáveis liberar e viabilizar a atividade das empresas nas suas finalidades produtivas", dizem os sindicalistas.

CAMPANHA SALARIAL

Sindicato dos Gráficos de Barueri e Região mobiliza a base

O Sindicato dos Gráficos de Barueri e Região (Sindigráficos) intensificou a mobilização dos trabalhadores da base depois de rejeitar a contraproposta patronal, considerada desrespeitosa. O Sindicato reivindica reajuste de 13%; au-



Dirigente do Sindigráficos em assembleia com trabalhadores da Oberthur

mento na PLR (Participação nos Lucros ou Resultados); melhoria na cesta básica; aleitamento materno; ampliação do

auxílio-creche para filhos até cinco anos e feriado no Dia do Gráfico.

Os patrões ofereceram 7% de reajuste (em duas vezes, 4% em novembro e 3% em março); retirada da PLR; mudança da data-base; salário mínimo paulista para todos do setor de acabamento; salário mínimo para menor aprendiz e alteração da data de pagamento, entre outros.

O Sindicato já fez assembleias na Oberthur, Donnelley, Margraf, Brasilgráfica e Antilhas, e continua mobilizando trabalhadores em outras empresas. A próxima reunião com o patronal acontece hoje (10).



NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

fsindical.org.br [facebook.com/CentralSindical](https://www.facebook.com/CentralSindical)

imprensa@fsindical.org.br [flickr.com/photos/forca_sindical](https://www.flickr.com/photos/forca_sindical)

twitter.com/centralsindical [youtube.com/user/centralsindical](https://www.youtube.com/user/centralsindical)

SINDICALIZE-SE



PARTICIPE DO SEU SÍNDICATO!